

## **REMATE DE MALES**

Campinas-SP, (30.2): pp. 351-358, Jul./Dez. 2010

---

### **RESENHA**

**Paulo Moreira**

paulo.moreira@yale.edu

BUENO, Luis. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: UNESP, 2006.

JOHNSON, Randal. "Rereading Brazilian Modernism", *Texas Papers on Latin América*, número 89-04, Institute of Latin American Studies, University of Texas. Austin, 1989.

Encontrei em um artigo, "Rereading Brazilian Modernism", até certo ponto despretenso sobre o modernismo brasileiro, um breve comentário que me marcou como um jovem pesquisador em começo de carreira. Sem qualquer alarde de terminologia ou agressividade polêmica, o autor do artigo (Randal Johnson, hoje professor na UCLA)<sup>1</sup> chamava a atenção para o fato de estarmos discutindo o modernismo brasileiro ainda sem uma base historiográfica mais firme, sabendo ainda relativamente pouco sobre o contexto específico dos anos que se seguiram ao movimento de 1922, trabalhando com edições cheias de incorreções e enfrentando dificuldades para encontrar publicações importantes mas fora de catálogo e disponíveis em umas poucas bibliotecas e convivendo

---

<sup>1</sup> Reconhecido pelo seu trabalho com cinema, não deveria causar surpresa o fato que Randal Johnson é também o tradutor da obra de Pierre Bordieu para o inglês. "Rereading Brazilian Modernism" está disponível online no site da Universidade do Texas em <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/tpla/8904.pdf>>

com lacunas significativas, principalmente no que dizia respeito ao contexto específico da publicação de livros e revistas e ao impacto destes nos círculos intelectuais da época. Dizia Randal que

... the most basic kind of research necessary for a complete evaluation of modernism is still incomplete. In this sense, before modernism can be reread, it first needs to be more thoroughly read. The canon was established, in short, before all of the necessary documentation was in place and critically examined. (JOHNSON, 1989, p. 6).

Avançamos um pouco nos últimos dez anos com, por exemplo, edições mais completas e bem cuidadas da correspondência entre autores da importância de Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade e reedições das obras completas de autores fundamentais como Érico Veríssimo, Jorge Amado e Graciliano Ramos. Entretanto, lacunas importantes persistem, assim como persiste (e digo isso não apenas no meio acadêmico brasileiro) um certo desprezo pelo trabalhoso ofício de vasculhar arquivos empoeirados, ler jornais e revistas antigos, cruzar dados dispersos e descontraídos para ganhar intimidade com circunstâncias históricas de uma época diferente da nossa.

Considera-se mais nobre o ofício de interpretar criativamente à maneira do ensaio especulativo, especialmente quando essas especulações são articuladas à luz de aparatos teóricos que derivem seu prestígio dos centros ocidentais do saber e cultura e concedam um certo élan de novidade a um discurso que parece a par do que há de mais novo no mundo. Essa valorização do ensaio especulativo torna-se absurda quando essas interpretações são feitas em bases imprecisas do ponto de vista histórico, levando às vezes a grandes descobertas que se revelam com o tempo como nada mais que grandes miragens. Vale enfatizar aqui que o problema nesse caso é que, por mais bem digerido e articulado (e não é sempre esse o caso), qualquer vistoso arcabouço teórico pode afundar quando construído em cima de uma visão fundamentalmente equivocada tanto dos textos primários como de uma fortuna crítica que muitas vezes repete e amplifica equívocos ao invés de esclarecer e abrir novas avenidas interpretativas. Quando se equivoca esse tipo de ensaio crítico pode parecer, sob certos aspectos, como uma espécie de recuperação involuntária da chamada “crítica impressionista”, recoberta agora por um fino verniz conceitual e na medida em que termina, à longo prazo, funcionando mais como um retrato do pensamento da época em que foi produzido do que da época a que ele se dispõe analisar, essa crítica paradoxalmente acaba se assemelhando a uma boa parte da

crítica jornalística (que sempre tem como atenuantes o fato de ter que ser produzida no calor da hora e seguir as pautas do momento).

Não se trata aqui absolutamente de propor uma inversão dessa hierarquia e passar a priorizar o trabalho historiográfico acima do ensaio especulativo, como se qualquer mapeamento histórico pudesse ocorrer em um vácuo interpretativo de pura objetividade empírica. Trata-se, sim, de compreender que um não pode prescindir do outro, sob a pena de que transformemos nosso passado em um *Rorschach* que interpretamos em termos de rupturas ou de continuidades ao bel prazer de nossas fantasias ou nossos interesses momentâneos. Quero ser claro nesse ponto: não se trata absolutamente de defender aqui um empirismo inocente que alega prescindir de qualquer tipo de arcabouço teórico, mas da consciência aguda da alteridade do passado. Amplos gestos generalizantes feitos *a priori*, distantes tanto dos textos a que se referem como do contexto histórico em que esses textos aparecem, por mais bem armados e sedutores que sejam, são demasiado redutores e, pior ainda, mistificadores.

Luís Bueno publicou pela EDUSP em 2006 *Uma história do romance de 30*, um livro paradigmático, não dos problemas que acabei de apontar, mas de avanços fundamentais na prática historiográfica nos estudos literários que podem orientar uma série de importantes revisões da literatura brasileira do século XX. Meu objetivo é, em primeiro lugar, contribuir para o debate sobre esse livro de quase setecentas páginas (quase um escândalo num mercado editorial em que um romance nacional contemporâneo raramente excede trezentas). Para que o potencial crítico desse livro se concretize, entretanto, precisamos lê-lo e discuti-lo, e procuro criar aqui um espaço possível para esse debate tão necessário.

Uma questão fundamental no livro de Luís Bueno é a busca não só de uma análise mais detalhada, mas também de uma leitura extensiva das obras do período. Esse processo é explicado pelo próprio Bueno nos seguintes termos: “em princípio, qualquer romance publicado entre 1930 e 1939 interessou ao trabalho e, desde que se localizasse um exemplar, foi lido” (p. 15). Esses gesto (ler tudo o que tivesse sido publicado nos anos 30) não tem nada de gratuito; implica na não aceitação passiva das seleções previamente feitas de autores e obras do período, escolhas guiadas pela busca da definição de principais autores ou obras mais importantes através de critérios mais ou menos explicitados de fundo estético. Bueno parte da idéia bastante sensata de que certos livros que hoje não gozam mais de grande prestígio (como *Os Corumbas* de Amando Fontes, por

exemplo) podem ser fundamentais para entender o período, ainda que os eventuais defeitos desses livros persistam ou até mesmo se acentuem.

Isso não significa absolutamente que o próprio Bueno se abstenha de fazer juízos sobre a fatura estética dos romances e autores do período, o que fica bastante claro na própria organização geral de *Uma história do romance de 30* que reserva uma seção final bastante extensa para as obras produzidas no período por quatro autores específicos (Cornélio Penna, Cyro dos Anjos, Dyonélio Machado e Graciliano Ramos). Esses quatro autores recebem a distinção de ocupar mais ou menos um terço do livro por seus méritos literários, por terem sido aqueles que, na opinião do autor, produziram a literatura mais interessante no período de uma forma mais consistente. O que o livro de Bueno propõe é que, ao invés de aceitar os juízos específicos de seleções pré-estabelecidas, o historiador deveria partir de uma nova leitura cerrada dos textos da época, leitura essa formatada por um novo entendimento independente do contexto de época para emitir então seus próprios juízos, levando obviamente em conta nesse processo a fortuna crítica anterior com seus méritos e defeitos. Fica claro então que texto e contexto, análise e síntese, julgamento estético e compreensão histórica não podem prescindir uns dos outros e, mais além, precisam se equilibrar para fecundar-se mutuamente.

Um exemplo desse equilíbrio é a proposta de colocar claramente no centro da história do período “o enfrentamento dos textos antes de mais nada” (p. 11) e, ao mesmo tempo, uma contextualização cuidadosa e talvez igualmente extensiva da recepção crítica (principalmente a recepção crítica na época, mas também a posterior). Seriam esses dois pontos contraditórios? Afinal “enfrentamento dos textos antes de mais nada” poderia ser apressadamente ligado ao processo de leitura cerrada ligado tradicionalmente ao chamado *close reading* norte-americano de caráter imanente e anti-historicista e, do outro lado, a contextualização exaustiva apontaria para uma abordagem historicista. Assim como Bueno aponta para a capacidade dos melhores escritores do período de transitar livremente nos interstícios entre as polarizações culturais dos anos 30 para encontrar caminhos que integrassem, por exemplo, o social e o psicológico e o político e o estético, o caminho crítico escolhido por Bueno transita aqui livremente nos interstícios entre as polarizações entre o texto e o contexto e o esteticismo e o historicismo, trânsito livre que se orienta com clareza de objetivos e que, portanto, não tem nada que ver com um ecletismo superficial.

*Uma história do romance de 30* parece partir também de uma compreensão de que hoje impõe-se a necessidade de reler a história da

literatura brasileira em geral e da produção da primeira metade do século XX em particular, sem ignorar nem meramente repetir de forma irrefletida certos juízos cristalizados por críticos anteriores que, por melhores que tenham sido em seu ofício, estavam empenhados, de uma forma que é natural na reflexão sobre um período próximo, buscando combater ou favorecer determinadas tendências ou reagir aos desafios particulares da época em que esses estudos se escreveram. Não é na existência do empenho desses críticos que devemos buscar as razões para uma revisão histórica da literatura brasileira; afinal estamos todos nós também empenhados de alguma maneira, inclusive (e talvez principalmente) aqueles que insistem em seu próprio desinteresse. Nossa única vantagem é o tempo que nos permite justamente um distanciamento crítico, não apenas das obras em si, mas também dos juízos anteriores sobre elas, mas essa vantagem pode converter-se em nosso maior problema se insistimos em enxergar no passado apenas aquilo com o que nos identificamos e ignorarmos aquilo que não podemos reconhecer como nosso também.<sup>2</sup>

Para Bueno os problemas gerais da crítica brasileira apontam em outra direção: no gosto por afirmações categóricas de caráter generalizante e pela elaboração de listas didáticas que separam obras e autores em grupos supostamente homogêneos e diametralmente opostos, através de um levantamento de traços típicos que insiste em ignorar tudo o que é dissonante e complica uma visão esquemática do período. Essas reflexões gerais sobre o ofício do historiador da literatura já valem o livro, mas é na prática concreta de historiador que Bueno nos lega, além do exemplo concreto de prática historiográfica, uma série de importantes questionamentos de caráter revisionista sobre visões cristalizadas que se perpetuam no vácuo crítico através dos anos.

Por exemplo, Bueno desmonta habilmente o recurso fácil ao sarcasmo condescendente de alguns historiadores, por exemplo Wilson Martins, para com a primeira recepção crítica. Esse sarcasmo é baseado na nossa pretensa superioridade com relação ao passado, superioridade derivada acima de tudo do fato de o crítico atual já conhecer de antemão o futuro do passado que analisa (pp. 103-105). Estabelecer-se nessa posição confortável com relação ao objeto de estudo revela uma certa preguiça de buscar compreender mais precisamente o porquê daqueles juízos críticos a princípios tão estranhos, preferindo atribuí-los implicitamente

---

<sup>2</sup> Esse tipo de atitude fica patente nos trabalhos em que abordagens críticas importadas são “aplicadas” de forma apressada para descobrir que autores como Machado de Assis, Oswald de Andrade, Guimarães Rosa ou Clarice Lispector são pós-modernos, pós-estruturalistas, etc.

à ingenuidade ou má fé daqueles tempos. Quando abandonamos esses juízos sumários do passado, abrimos a porta para um entendimento mais profundo do contexto cultural em que esses livros e os outros que o seguiram foram gerados; em outras palavras, abrimos os olhos para a alteridade do passado.

Outro questionamento importante do livro de Bueno diz respeito à idéia de que a literatura dos anos 30 e particularmente o romance constitui uma continuação sem rupturas das propostas das vanguardas modernistas dos anos 20 – operação que depende de um duplo apagamento: das tendências autoritárias e conservadoras do modernismo (que caem na vala comum dos dissonantes que não merecem atenção) e do antagonismo da maioria dos intelectuais dos 30 com relação ao modernismo dos 20, compreendido na sua importância destruidora, mas visto como incapaz de produzir obras à altura de suas aspirações e imbuído de certa frivolidade alienada e estetizante. O fato de que talvez não seja exatamente essa a nossa visão do modernismo dos anos 20 não nos permite ignorar a visão que os intelectuais tinham desse movimento nos anos 30, principalmente quanto este é o objeto de nosso estudo. Aparece aí a ironia maior de que os vanguardistas, apóstolos da ruptura com o passado, são integrados às duas gerações que os sucederam em uma linhagem aparentemente sem rupturas desde 1922 até os anos 60.

Ainda um outro ponto importante do livro é a construção cuidadosa de uma genealogia histórica para a chamada vertente intimista da literatura do período. Isso permite uma compreensão diferente, mais rica dos anos 30, já não inteiramente dominados pelo romance proletário e regionalista, mas sim movimentados por uma polarização dinâmica que não impediu que vários autores cruzassem fronteiras e embaralhassem as cartas daqueles que pretendem fazer do período uma espécie de Fla-Flu estético e ideológico. O duplo movimento de ampliar o escopo da literatura do período e relativizar as divisões em grupos, já é indicado exemplarmente no começo do livro, quando uma leitura cuidadosa do precursor regionalista *A Bagaceira* de 1928 é seguida por um exame igualmente atento de *Sob o Olhar Malicioso dos Trópicos* de Barreto Filho de 1929. Depois dessas duas análises, Bueno encontra certas semelhanças entre esses dois romances mais além das suas reconhecidas diferenças para esboçar então uma síntese mais geral do período. Ambos os dois campos, proletário e intimista, mostram então seus pontos em comum: o desejo de fazer do romance um campo de discussão crítica de um problema (seja a injustiça social ou falta de fé), a delimitação histórica clara desse problema no tempo e no espaço com o planteamento de personagens vivendo crises e transições que servem ao desenho da discussão do tal

problema e finalmente a tendência a expressar essa discussão em forma de romance como um impasse insolúvel, sugerindo em meio à paralisia e dúvida reinantes, quando muito, caminhos futuros possíveis.

Mais um quarto ponto fundamental do livro de Luís Bueno é a desmontagem do mito de que Guimarães Rosa e principalmente Clarice Lispector eram meteoros alienígenas que caíram do nada na cultura brasileira do pós-guerra, desmontagem essa que é feita sem absolutamente pôr em xeque a excelência literária dos dois autores. A visão do romance dos anos 30 como algo muito mais diversificado e complexo do que um período de predomínio absoluto do romance proletário e regionalista e da cultura da época como algo muito mais diversificado e complexo do que uma encarniçada luta entre stalinistas e integralistas católicos põe em cheque a idéia de que Rosa e Lispector simplesmente “não coubessem” em um supostamente tacanho ambiente literário.

Finalmente, chamo a atenção para a utilidade da discussão pormenorizada sobre o chamado “romance proletário”, principalmente para quem busca situar-se criticamente frente à produção cultural brasileira atual, em que a chamada “realidade nua e crua” tornou-se um fetiche sustentado por uma crença (ingênuo ou maliciosa) na transparência da representação, em que a busca pelo documental é vista como solução automática para o problema do engajamento político ou mesmo da representação do outro e onde essa representação do outro parece ter se resolvido com a decisão de que as origens sociais de um determinado escritor são suficientes para que este escreva de um ponto de vista dito “interno”.

Seguimos em grande medida lendo nossa literatura num terreno minado por supostas verdades estabelecidas de longa data e precisamos questioná-las radicalmente como condição primeira para qualquer revisão histórica produtiva. Não basta obviamente substituí-las por outras verdades igualmente baseadas em generalizações apressadas ao sabor do momento. A questão fundamental aqui é encontrar o ponto de equilíbrio ideal entre a fidelidade às preocupações contemporâneas e a lealdade ao passado que se quer estudar. Nesse sentido tenho a impressão de que deveríamos nos preocupar especialmente com uma postura ética para com o passado, já que nossa contemporaneidade é um fato dado pela nossa própria condição – mesmo os retrógrados ou os vanguardistas mais empedernidos terminam pertencendo ao seu tempo, sendo conservadores ou visionários à maneira peculiar da sua época. Se por um lado é verdade que não podemos mesmo enxergar o passado com os olhos dos que viveram aquele tempo, também é verdade que um dos

aspectos mais ricos do processo de escrita da história é justamente essa busca que o historiador faz daquele que é seu outro em termos temporais.

Faria apenas um reparo fundamental ao livro de Luis Bueno: acho que não há justificativas críticas para não levar em consideração os contos e contistas do período, forjando assim uma separação estrita entre romance e conto que não se justifica. Tal separação nos impede, por exemplo, de levar em consideração os contos de Marques Rebelo ou Aníbal Machado ao buscar uma visão geral da época. Só posso compreender essa opção do pesquisador e do autor pela impossibilidade de aumentar a abrangência de *Uma história do romance de 30* sem incorrer em anos de pesquisa e levar o livro facilmente às 1000 páginas.

Não me parece de qualquer maneira que esse esforço de historiador seja tarefa para um só autor, especialmente se pensarmos na urgência da releitura das outras décadas do século XX e da inclusão de outros gêneros. Fica então de qualquer maneira a sugestão de uma interessante vereda de pesquisa que poderia beneficiar-se bastante do terreno já mapeado pelo livro de Luís Bueno: uma história da literatura brasileira de 30 incluindo conto e mesmo poesia.